



ANÁLISE DE PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL
Parecer Único ERFB-CS Nº 58/2019

1 – DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO

Tipo de Processo / Número do Instrumento		(X) Processo Compensação Mata Atlântica		Nº do PA 09020000155/19
Fase do Licenciamento		Processo de Intervenção Ambiental - anterior à emissão do DAIA		
Empreendedor		Fundação Renova		
CNPJ / CPF		25.135.507/0001-83		
Empreendimento		Reassentamento Paracatu de Baixo		
Classe		Não passível		
Condicionante Nº		Não possui		
Localização		Município de Mariana, novo Sub distrito de Paracatu de Baixo		
Bacia		Rio Doce		
Sub-bacia		Rio do Coelho – Afluente da margem direita do rio Gualaxo do Norte		
Área intervinda	Área (ha)	Sub-bacia	Município	Fitofisionomias afetadas
	3,06	Rio do Coelho	Mariana	FESD estágio médio
Coordenadas:		Lat. 7751368	Long. 683665	
Área proposta	Área (ha)	Sub-bacia	Município	Destinação da área para conservação
	6,24	Rio Manhuaçu	Itueta	FESD estágio médio – Doação para o Estado
Coordenadas:		Lat. 7855656	Long. 261963	
Equipe / Empresa responsável pela elaboração do PECF		- Patrícia de Fátima Moreira Geógrafa CREA MG 51897 CTF IBAMA 219698; - Juneval Geraldo dos Santos Engenheiro Florestal CREA MG 115107 CTF IBAMA 5039267; - Victor Teixeira Giorni Biólogo CRBio 49962/04 CTF IBAMA 1964170; - Matheus da Cruz Armond Geógrafo CREA MG 236144		

2 – ANÁLISE TÉCNICA

2.1- Introdução

O presente Parecer visa analisar o Projeto Executivo de Compensação Florestal referente a intervenção e supressão vegetal para implantação de lotes para reassentamento da comunidade Paracatu de Baixo do município de Mariana/MG.

A proposta de compensação florestal em análise está relacionada ao Processo administrativo PA 09020000155/19 de Intervenção Ambiental - anterior à emissão do DAIA, referente a supressão em vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

O presente Parecer tem como objetivo primordial, apresentar de forma conclusiva, a análise opinativa das propostas do Projeto Executivo de Compensação Florestal (norteado pela Portaria IEF Nº 30, de 03 de fevereiro de 2015) de modo a instruir e subsidiar a instância decisória competente quanto à viabilidade, pertinência técnica e legal da implantação das prescrições contidas no Projeto Executivo apresentado.

Segundo PECF, o projeto aqui apresentado propõe a compensação florestal por intervenção em mata atlântica, ocorrida no reassentamento de Paracatu de Baixo de Mariana e será compensado no

Sítio Boa Sorte, localizado no município de Itueta/MG. Tal propriedade está parcialmente inserida nos limites do Parque Estadual Sete Salões. No entanto a área proposta para a compensação, está totalmente dentro da Unidade de Conservação. O Sítio Boa Sorte está na cabeceira e atua como área de recarga das nascentes do Córrego Cachoeirinha, que desagua no Córrego Quatis, que é um afluente da margem direita do Rio Doce.

2.2 - Caracterização da Área Intervinda

Uma vez que a primeira referência para a proposta de compensação ambiental em epígrafe é a caracterização da área intervinda, segue uma breve descrição da mesma de acordo com o PECF - Projeto Executivo de Compensação Florestal e estudos apresentados.

Situada no município de Mariana/MG, a área do Projeto de Reassentamento de Paracatu de Baixo localiza-se à margem direita do rio Gualaxo do Norte, o qual pertence à bacia hidrográfica do rio Doce, mais precisamente na Unidade Regional designada como Alto Rio Doce. A área do reassentamento está localizada no Distrito de Monsenhor Horta, a aproximadamente 2,6 km de distância da antiga comunidade de Paracatu de Baixo em direção sudoeste, na sub-bacia do córrego Coelho.

Para a implantação do reassentamento será necessário a supressão de vegetação em estágio médio de regeneração que irá ocorrer em 1,14 ha considerada área de preservação permanente bem como intervenção em 1,92 ha de área comum, totalizando 3,06 ha de intervenção floresta estacional semidecidual em estágio médio de regeneração.

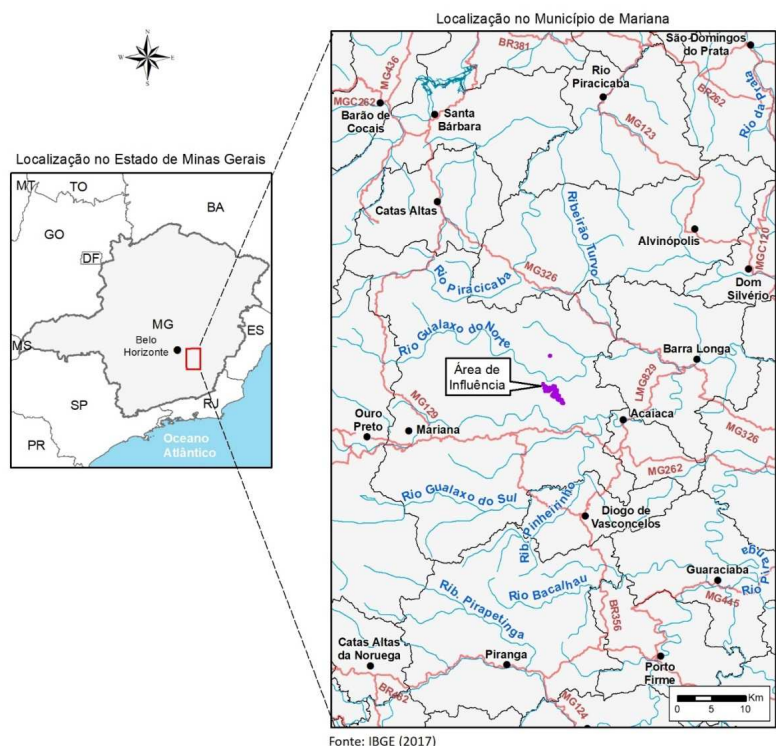


Figura 01. Localização da área do projeto de Reassentamento de Paracatu de Baixo.

O projeto de parcelamento para reassentamento de Paracatu de Baixo foi concedido de forma a atender às demandas e anseios da comunidade, levantadas ao longo do processo de discussão com a comissão de Atingidos da Barragem de Fundão – Paracatu de Baixo. Para a implantação



do loteamento, serão necessárias intervenções em área de preservação permanente, corte de árvores isoladas e supressão de vegetação em alguns pontos.

Segundo PECF no levantamento de campo foram registradas 51 morfoespécies em 29 famílias botânicas. Dentre os táxons registrados cinco são considerados endêmicos da Mata Atlântica: *Annona dolabripetala*, *Guatteria villosíssima*, *Dalbergia nigra*, *Tachigali rugosa* e *Cupania ludowigii*.

Lista de espécies registradas

Família	Espécie	Habitat		Ameaça		MA
		FM	Ca	BR	MG	
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	X				
Annonaceae	<i>Annona dolabripetala</i> Raddi	X				X
Annonaceae	<i>Annona sylvatica</i> A.St.-Hil.	X				
Annonaceae	<i>Guatteria villosíssima</i> A.St.-Hil.	X				X
Annonaceae	<i>Xylopia sericea</i> A.St.-Hil.	X	X			
Araliaceae	<i>Schefflera morototoni</i> (Aubl.) Maguire et al.	X				
Arecaceae	<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. ex Mart.	X				
Asteraceae	<i>Eremanthus erythropappus</i> (DC.) MacLeish	X	X			
Asteraceae	<i>Moquiniastrum polymorphum</i> (Less.) G. Sancho		X			
Asteraceae	<i>Piptocarpha macropoda</i> (DC.) Baker	X				
Bignoniaceae	<i>Handroanthus ochraceus</i> (Cham.) Mattos	X	X			
Bignoniaceae	<i>Sparattosperma leucanthum</i> (Vell.) K.Schum.	X				
Burseraceae	<i>Protium spruceanum</i> (Benth.) Engl.	X				
Chrysobalaceae	<i>Licania</i> sp.	X				
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum pelleterianum</i> A.St.-Hil.	X				
Euphorbiaceae	<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll.Arg.	X				
Fabaceae	<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	X				
Fabaceae	<i>Apuleia leiocarpa</i> (Vogel) J.F.Macbr.	X		VU		
Fabaceae	<i>Copaifera longsdorffii</i> Desf.	X				
Fabaceae	<i>Dalbergia frutescens</i> (Vell.) Britton	X				
Fabaceae	<i>Dalbergia nigra</i> (Vell.) Allemão ex Benth.	X	X	VU	VU	X
Fabaceae	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F.Macbr.	X				
Fabaceae	<i>Plathymenia reticulata</i> Benth.	X	X			
Fabaceae	<i>Stryphnodendron polyphyllum</i> Mart.	X	X			
Fabaceae	<i>Swartzia</i> sp.	X				
Fabaceae	<i>Tachigali rugosa</i> (Mart. ex Benth.) Zarucchi & Pipoly		X			X
Lacistemaeae	<i>Lacistema pubescens</i> Mart.	X				
Lamiaceae	<i>Aegiphila integrifolia</i> (Jacq.) Moldenke	X				
Lauraceae	<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees	X				
Malpighiaceae	<i>Byrsonima sericea</i> DC.	X				
Malpighiaceae	<i>Heteropterys byrsonimifolia</i> A.Juss.		X			
Malvaceae	<i>Luehea grandiflora</i> Mart. & Zucc.	X				
Melastomataceae	<i>Miconia</i> sp.	X				
Meliaceae	<i>Guarea guidonia</i> (L.) Sleumer	X				
Monimiaceae	<i>Mollinedia widgrenii</i> A.DC.	X				
Moraceae	<i>Ficus</i> sp.	X				
Moraceae	<i>Sorocea bonplandii</i> (Baill.) W.C.Burger et al.	X				
Myrtaceae	<i>Eugenia uniflora</i> L.	X				
Myrtaceae	<i>Myrcia amazonica</i> DC.	X				
Myrtaceae	<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC.	X				
Peraceae	<i>Pera glabrata</i> (Schott) Poepp. ex Baill.					
Primulaceae	<i>Myrsine coriacea</i> (Sw.) R.Br. ex Roem. & Schult.					
Rubiaceae	<i>Ferdinandusa speciosa</i> (Pohl) Pohl	X				
Rutaceae	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam.					
Salicaceae	<i>Casearia arborea</i> (Rich.) Urb.	X				
Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	X				
Sapindaceae	<i>Cupania ludowigii</i> Somner & Ferrucci					X
Sapindaceae	<i>Matayba guianensis</i> Aubl.	X				
Siparunaceae	<i>Siparuna brasiliensis</i> (Spreng.) A.DC.	X				
Siparunaceae	<i>Siparuna guianensis</i> Aubl.	X				
Urticaceae	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	X				

Fonte PECF/2019



Fotos 01 e 02 - Área do reassentamento com pastagem e local da intervenção em estágio médio de regeneração.

Com relação à caracterização e quantificação das áreas intervindas no contexto do diagnóstico apresentado, esclarece-se que o mesmo guarda coerência com as informações constantes PECF, e que a mesma foi vistoriada para verificação dos dados em campo.

Cabe ressaltar que, apesar de estar localizada em uma área considerada prioritária para a conservação, a área ocupada pelo reassentamento de Paracatu de Baixo é caracterizada pela presença de uma paisagem extremamente alterada, onde predomina uma matriz de pastagens e pequenos fragmentos de vegetação florestal nativa secundária. Nesse sentido, essa área é considerada pouco relevante para a conservação da biodiversidade em função da redução de atributos chaves para manutenção da fauna autóctone, tais como a conectividade, a disponibilidade de alimento e de abrigo.

O quadro a seguir mostra em síntese as características da área intervinda:

Área (ha)	Bacia Hidrográfica	Micro- bacia	Área urbana		Fitofisionomia	Estágio Sucessional
			Sim	Não		
3,06 ha	Rio Doce	Rio Gualaxo do Norte		X	Floresta Estacional Semidecidual	Médio

A seguir este parecer apresenta uma análise da proposta com relação a sua adequação à legislação vigente, bem como com relação à viabilidade técnica da proposta.

2.3 - Caracterização da Área Proposta de compensação.

Conforme PECF, para cumprimento da compensação florestal a medida compensatória adotada consiste na destinação de área para conservação, mediante doação ao Poder Público, de áreas localizadas no interior de Unidades de Conservação, visando a regularização fundiária, de acordo com a Instrução de Serviço Conjunta SEMAD/IEF nº 02/2017 e diretrizes descritas na Portaria IEF nº 30/2015.

A área indicada para a compensação ambiental encontra-se no Sítio Boa Sorte, Itueta/MG, sendo que a propriedade está parcialmente inserida dentro do Parque Estadual Sete Salões, e a área de 6,24 hectares, área de compensação e está totalmente dentro do referido Parque.

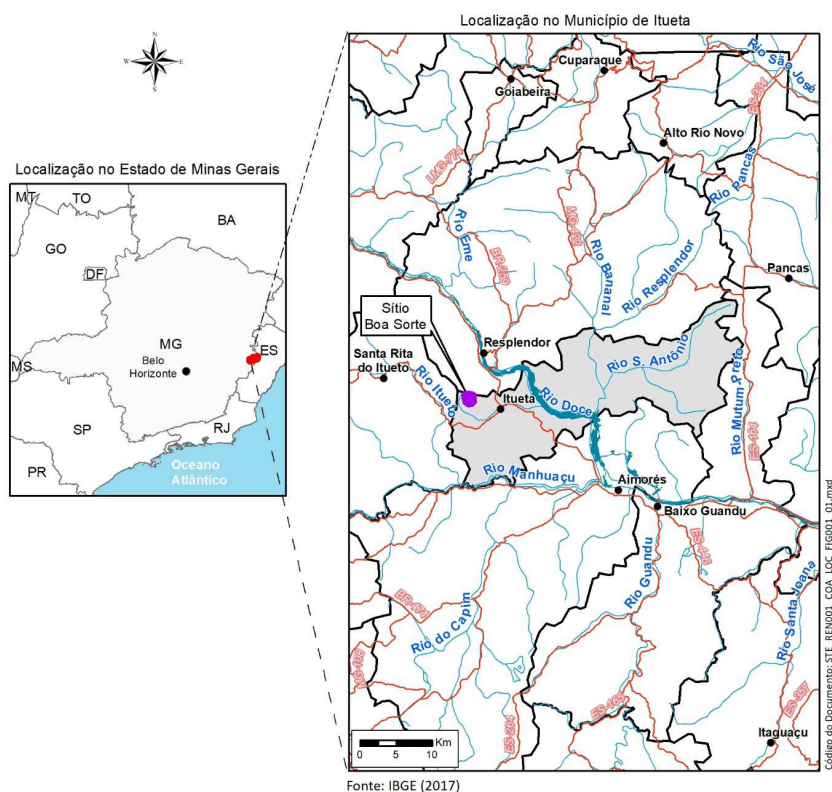


Figura 2: Localização do Sítio Boa Sorte – Fonte PECF/2019-Fundação Renova.

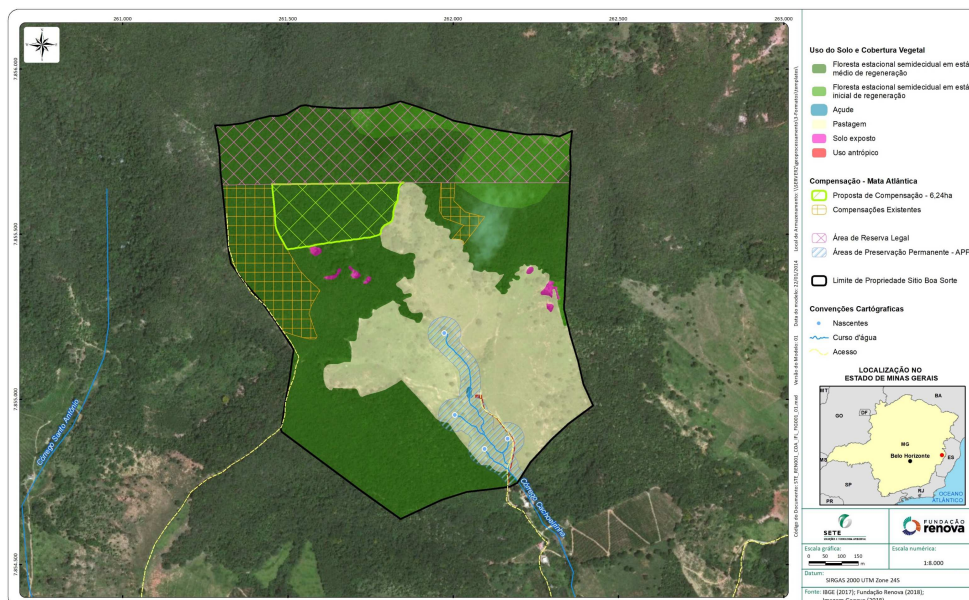


Figura 3: Limites do Sítio Boa Sorte bem como polígono da área proposta para compensação – Fonte PECF/2019-Fundação Renova

A respectiva área possui características, de acordo com a Resolução N° 392/07, como indicadoras do estágio médio de regeneração natural da Floresta Estacional Semidecidual. Com predomínio de fisionomia arbórea sobre herbáceas, e dois estratos, dossel e sub-bosque. A serapilheira apresenta espessura variável de acordo com a localização, estando mais espessa em

determinados pontos e menos em outros, com presença de cipós lenhosos. A distribuição diamétrica apresenta amplitude variando entre 4,77 e 46,77, com altura média de 8,0 m.

A distribuição diamétrica da área é de moderada amplitude, com DAP médio de 10,48 centímetros. A presença de espécies lenhosas com DAP médio entre 10 (dez) centímetros a 20 (vinte) centímetros, assim como observado na área de estudo, é outra característica do estágio médio.

Presença de 27 espécies indicadoras de vegetação primária e dos estágios médio e avançado de regeneração ocorrentes na área de estudo, a saber: *Albizia polycephala* (Benth.) Killip ex Record., *Anadenanthera colubrina* (Vell.) Brenan, *Annona cacans* Warm., *Apuleia leiocarpa* (Vogel) J.F. Macbr., *Aspidosperma australe* Müll.Arg., *Carpotroche brasiliensis* (Raddi) Endl., *Cassia ferruginea* (Schrud.) Schrad. ex DC., *Casearia arborea* (Rich.) Urb., *Casearia gossypiosperma* Briq., *Copaifera langsdorffii* Desf., *Cabralea canjerana* (Vell.) Mart., *Cupania vernalis* Cambess., *Dalbergia nigra* (Vell.) Allemão ex Benth., *Eremanthus incanus* (Less.) Less., *Guatteria* sp., *Hortia brasiliana* Vand. ex DC., *Inga marginata* Willd., *Joannesia princeps* Vell., *Mabea fistulifera* Mart., *Matayba guianensis* Aubl., *Nectandra cissiflora* Nees, *Nectandra oppositifolia* Nees, *Pera glabrata* (Schott) Poepp. ex Baill., *Tapirira guianensis* Aubl., *Trichilia catigua* A.Juss., *Vitex megapotamica* (Spreng.) Moldenke, *Zeyheria tuberculosa* (Vell.) Bureau ex Verl. ;



Fotos 03 e 04. Ilustra a área proposta para compensação- Fonte PECF/2019

A seguir a proposta em questão será avaliada em função dos requisitos legais e técnicos, a fim de se estabelecer sua adequação legal e viabilidade.

2.4- Adequação da área em relação a sua extensão e localização

Com relação à localização da área a ser proposta como compensação florestal por supressão de remanescentes de Mata Atlântica a Lei Federal nº 11.428 de 2006, no seu artigo 17, determina que:

Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma sub-bacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

§ 1º Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental prevista no caput deste artigo, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente à desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma sub-bacia hidrográfica.



O Decreto Federal nº 6.660/2008, em seu artigo 26, sem fazer distinção de tipologia de empreendimentos, define os critérios de localização das áreas a serem propostas como compensação por intervenção em Mata Atlântica:

Art. 26. Para fins de cumprimento do disposto nos arts. 17 e 32, inciso II, da Lei no 11.428, de 2006, o empreendedor deverá:

I - destinar área equivalente à extensão da área desmatada, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei no 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana; ou

II - destinar, mediante doação ao Poder Público, área equivalente no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo Estado e, sempre que possível, na mesma sub-bacia hidrográfica.

Em âmbito estadual, a SEMAD acompanha todos os requisitos estabelecidos pela legislação federal no que se refere à localização da área a ser compensada. Assim, entende-se que a área proposta atende os requisitos relacionados à localização, uma vez que se insere:

- ✓ Na mesma bacia do Rio Doce;
- ✓ Na microbacia Rio Manhuaçu;
- ✓ Município de Ituaçu.

No que tange às exigências com relação à dimensão da área proposta, a SEMAD acata a Recomendação Nº 05/2013 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), que recomenda ao Presidente do COPAM e a todos os servidores da Secretaria a adoção de medidas entre as quais destaca-se, a “comprovação de existência de áreas aptas ao cumprimento da compensação ecológica específica **equivalentes ao dobro da área pretendida para supressão (...)**”. *Grifo nosso.*

Assim, entende-se que a proposta atende tal exigência, uma vez que a área a ser suprimida possui 3,06 ha e a área proposta possui 6,24 ha, atingindo portanto, área superior ao dobro da área a ser suprimida. A proposta de Compensação Florestal expressa no Projeto Executivo apresentado pelo empreendedor cria a obrigação e condições para a garantia em se preservar área dentro da unidade de conservação, garantido, em parte, a regularização fundiária da Unidade de Conservação da categoria de Proteção Integral, Parque Estadual Sete Salões.

Como se trata de uma área com muitos conflitos ambientais devido à incompatibilidade do manejo da área pelos proprietários rurais que vivem dentro da unidade e a preservação ambiental, categoria de uso e manejo imposta legalmente, a proposta de compensação florestal com a regularização fundiária é importante para garantir que uma parte da área da unidade de conservação seja preservada. Isso trará também outros benefícios, tais como a preservação em máxima extensão territorial, redução da fragmentação de área de relevante interesse ambiental e, conseqüentemente, na garantia de manutenção e incremento na conectividade entre remanescentes da vegetação nativa e, desta forma, potencializando os efeitos protetivos aos recursos hídricos e os efeitos benéficos sobre a fauna e flora local.

2.5- Equivalência ecológica



O Inciso I do Art. 26 do Decreto Federal 6.660/08, define que, nos casos de compensação ambiental por intervenção em Mata Atlântica, a área destinada para a conservação deve conter “as mesmas características ecológicas” da área que sofreu intervenção.

Para avaliação deste requisito partir-se-á da análise da equivalência das áreas afetadas e propostas em termos de fitofisionomias existentes e estágios sucessionais, conforme dados do PECF, apresentado no quadro a seguir:

Área intervinda			Área proposta		
Município: Mariana/MG			Município: Itueta/MG		
Bacia: Rio Doce			Bacia: Rio Doce		
Microbacia: Rio Gualaxo do Norte			Microbacia: Rio Manhuaçu		
Fitofisionomia	Área (ha)	Estágio sucessional	Fitofisionomia	Área (ha)	Estágio sucessional
FESD	3,06	Médio	FESD	6,24	Médio

De acordo com o PECF, a proposta compreende a destinação de uma área de 6,24 ha para conservação, mediante doação ao Poder Público, localizada no interior de Unidade de Conservação, visando a regularização fundiária, inserida nos limites do Parque Estadual Sete Salões, propriedade em nome do Sr. Daniel Fazolo, zona rural do município de Itueta/MG no imóvel denominado Sítio Boa Sorte, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Resplendor/MG, sob a matrícula nº 283. A área proposta apresenta fragmentos florestais maiores, de forma adensada, abrangendo as fitofisionomias de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio/avançado de regeneração.

Assim, considerando os aspectos supra-analisados, este Parecer Opinativo entende que a proposta apresentada pelo empreendedor atende aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente, como aos referentes à equivalência ecológica.

2.6 - Adequação da área com relação às formas de conservação previstas na legislação.

A legislação ambiental prevê três formas básicas de cumprimento da compensação por intervenção em Mata Atlântica, sendo a proposta do empreendedor analisado sob a luz destas possibilidades e com base na legislação aplicável a cada uma delas:

2.6.1 - Destinação de área para a Conservação

Formas jurídicas de Destinação de Áreas para a Conservação

O Decreto Federal nº 6.660/08, em seus artigos 26 e 27, sem fazer distinção de tipologia de empreendimentos, define os critérios de localização das áreas a serem propostas como compensação por intervenção em Mata Atlântica:

Art. 26. Para fins de cumprimento do disposto nos arts. 17 e 32, inciso II, da Lei no 11.428, de 2006, o empreendedor deverá:

I - Destinar área equivalente à extensão da área desmatada, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma micro bacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei no 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana; ou



II - Destinar, mediante doação ao Poder Público, área equivalente no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo Estado e, sempre que possível, na mesma micro bacia hidrográfica.

§ 1º Verificada pelo órgão ambiental a inexistência de área que atenda aos requisitos previstos nos incisos I e II, o empreendedor deverá efetuar a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente à desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma micro bacia hidrográfica.

§ 2º A execução da reposição florestal de que trata o § 1º deverá seguir as diretrizes definidas em projeto técnico, elaborado por profissional habilitado e previamente aprovado pelo órgão ambiental competente, contemplando metodologia que garanta o restabelecimento de índices de diversidade florística compatíveis com os estágios de regeneração da área desmatada.

Art. 27. A área destinada na forma de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 26, poderá constituir Reserva Particular do Patrimônio Natural, nos termos do art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, ou servidão florestal em caráter permanente conforme previsto no art. 44-A da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal.

Parágrafo único. O órgão ambiental competente promoverá vistoria prévia na área destinada à compensação para avaliar e atestar que as características ecológicas e a extensão da área são equivalentes àquelas da área desmatada.

A nível estadual, e em consonância com o referido decreto, a Portaria IEF nº 30/2015, em seus artigos 1º e 2º, caracterizam os instrumentos jurídicos e documentos técnicos necessários para a aplicação das diferentes formas de compensação previstas.

De acordo com o PECF, a proposta compreende a destinação de uma área de 6,24 ha para conservação, mediante doação ao Poder Público, localizada no interior de Unidade de Conservação, visando a regularização fundiária, inserida nos limites do Parque Estadual Sete Salões, propriedade em nome do Sr. Daniel Fazolo, zona rural do município de Itueta/MG no imóvel denominado Sítio Boa Sorte, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Resplendor/MG, sob a matrícula nº 283. A área proposta apresenta fragmentos florestais maiores, de forma adensada, abrangendo as fitofisionomias de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio/avançado de regeneração.

Ressalta-se que o Parque Estadual dos Sete Salões é de proteção integral e domínio público, se localizando ainda na mesma bacia da área intervinda, no caso a Bacia do rio Doce.

Conforme apreende-se do quadro acima, a proposta apresentada pelo PECF em tela, está tecnicamente adequada à legislação vigente.

2.7 - Síntese da análise técnica

A proposta realizada mediante o PECF, bem como a síntese da análise realizada por este Parecer está consolidada no quadro a seguir:

Área intervinda		Área proposta					
Fitofisionomia /estágio sucessional	Área (ha)	Fitofisionomia/ estágio sucessional	Área (ha)	Sub-bacia	Propriedade	Forma de compensação	Ade quada (S/N)
FESD Médio	3,06	FESD Médio/avançado	6,24	Rio Manhuaçu	Sítio Boa Sorte	Doação	SIM



Conforme se depreende do quadro acima a proposta apresentada por meio do PECF objeto deste parecer está adequada à legislação vigente.

3 - CONTROLE PROCESSUAL

O expediente trata-se de processo administrativo formalizado pelo empreendedor com o fito de apresentar proposta de compensação por intervenções realizadas no Bioma de Mata Atlântica, para fins de implantação do reassentamento de Paracatu de Baixo no município de Mariana/MG, a ser realizado pela Fundação Renova.

Considerando-se o disposto na Portaria IEF Nº 30, de 03 de fevereiro de 2015, o processo encontra-se devidamente formalizado, haja vista a apresentação da documentação e estudos técnicos exigidos na mencionada portaria, motivo pelo qual, legítima é a análise do mérito técnico quanto às propostas apresentadas.

Atendo-se primeiramente à proposta que visa a compensar as intervenções realizadas dentro dos limites do Bioma de Mata Atlântica para o empreendimento PA 09020000155/19. Infere-se, à luz das argumentações técnicas acima apresentadas, que as propostas mantiveram correspondência com os requisitos impostos pela legislação ambiental em vigor, em especial ao que dispõe os artigos 17 e 31 da Lei 11.428/2006 e os artigos 26 e 27 do Decreto Federal 6.660/2008, pelo fato de se amoldarem à proporcionalidade de área e a Recomendação Nº 005/2013 do Ministério Público de Minas Gerais - MPMG; e observância quanto à localização referente à bacia hidrográfica e, ainda, as características ecológicas, senão vejamos:

Com relação à proporcionalidade de área, a extensão territorial oferecida pelo empreendedor a fim de compensar a supressão realizada é igual ao mínimo exigido pela legislação federal, atendendo, inclusive, o percentual proposto pela Recomendação Nº 005/2013/MPMG, que prevê, para cada hectare de supressão, a compensação florestal em dobro. Os estudos demonstram que serão suprimidas vegetação dentro dos limites do Bioma de Mata Atlântica num total de 3,06 ha e ofertado à título de compensação uma área de 6,24 ha. Logo, o critério quanto à proporcionalidade de área foi atendido.

Quanto à localização da intervenção e das propostas apresentadas, inequívoca é a sua conformidade nos termos do art. 32 da Lei 11.428/2006, haja vista que é possível verificar que as medidas compensatórias propostas pelo interessado serão realizadas na mesma bacia do empreendimento, conforme estudos técnicos apresentados e o presente parecer opinativo. Portanto, o critério espacial foi atendido.

No que se refere às características ecológicas, vislumbramos que as argumentações técnicas empreendidas, especialmente do estudo comparativo realizado, informados nos projetos executivos guardam conformidade com as aferições realizadas in locu.

A proposta compreende a destinação de 6,24 ha para conservação, mediante doação ao Poder Público, visando a regularização fundiária no Parque Estadual Sete Salões, em propriedade em fase de negociação de compra, zona rural dos município de Itueta/MG, no imóvel denominado Sítio Boa Sorte, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Resplendor/MG, sob a matrícula nº 283, abrangendo as fitofisionomias de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio/avançado de regeneração.

Isto posto, consideramos que as propostas apresentadas no PECF não encontram óbices legais e técnicos. Com isso opinamos pela aprovação.

4 - CONCLUSÃO



Consideramos que as análises técnica e jurídica realizadas constatou que o presente processo encontra-se apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas do COPAM, nos termos do Item XIV do Art. 13º do Decreto Estadual nº 46.953 de 23/02/2016, com nova redação dada no Art. 5º do Decreto Estadual nº 47.565 de 19/12/2018 e item 1 do Memo-Circular nº 1/2019/IEF/DG (Comunicado Conjunto SEMAD/IEF), realizamos a tramitação deste com fito de prosseguimento do feito.

Ainda, consideramos que os aspectos técnicos descritos e analisados, bem como a inexistência de óbices legais e técnicos no cumprimento da proposta de Compensação Florestal por intervenção no Bioma de Mata Atlântica, este Parecer opina pelo deferimento da proposta de compensação florestal apresentada pelo empreendedor nos termos do PECF analisado.

Cabe ressaltar que as áreas propostas para atender a compensação a título de doação, são fitofisionomia expressivas classificadas como sendo Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração, e fazem conectividade inclusive com as áreas de preservação permanente, que se encontram preservadas.

Acrescentamos que, caso aprovado os termos postos no PECF e neste parecer opinativo, as obrigações constarão de Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF a ser firmado pelo empreendedor no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da decisão e deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, por parte do empreendedor ou requerente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura.

Caso o empreendedor ou requerente não assine o Termo de Compromisso de Compensação Florestal nos prazos estipulados, o IEF expedirá notificação ao interessado, para que no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da mesma, proceda à assinatura e publique o termo no Diário Oficial do Estado, sob pena de solicitação das providências cabíveis à Presidência do COPAM.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação florestal em tela não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do Processo PA 09020000155/19.

Este é o parecer.
Smj.

Ouro Preto, 26 de abril de 2019.

Equipe de análise	Cargo/formação	MA SP	Assinatura
Edenilson Cremonini Ronqueti	Analista Ambiental/ Engenheiro Florestal	1147773-4	
Rosemary Marques Valente	Assessoria Jurídica	1172281-6	
Márcio de Fátima Milagres de Almeida	Analista Ambiental/ Engenheiro Florestal	1002331-5	

DE ACORDO:

Ricardo Ayres Loschi
Supervisor da Unidade Regional Centro Sul